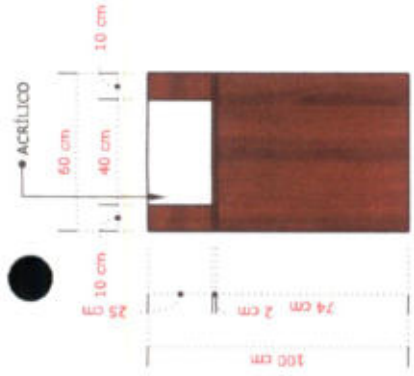


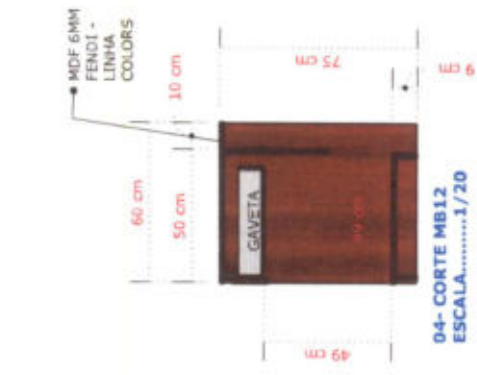
01 - ISOMÉTRICA MB12
ESCALA.....1/20



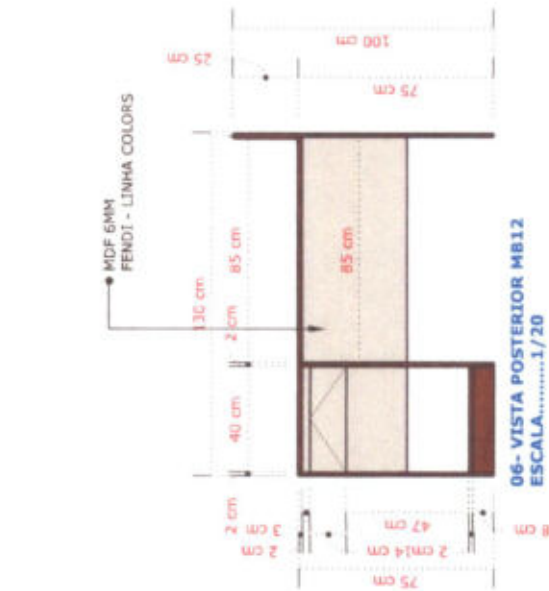
02 - VISTA SUPERIOR MB12
ESCALA.....1/20



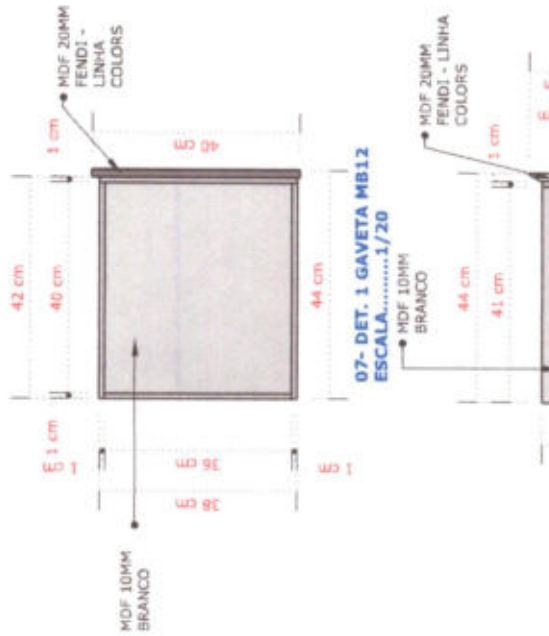
03 - VISTA LATERAL MB12
ESCALA.....1/20



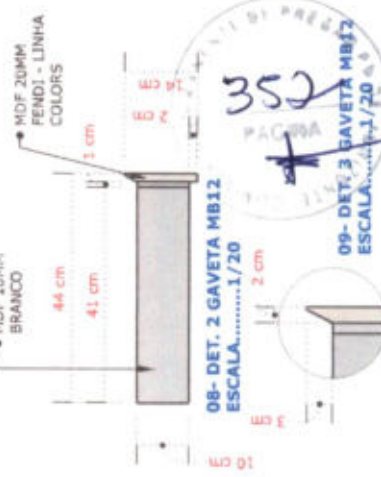
04 - CORTE MB12
ESCALA.....1/20



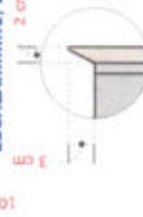
06 - VISTA POSTERIOR MB12
ESCALA.....1/20



07 - DET. 1 GAVETA MB12
ESCALA.....1/20



08 - DET. 2 GAVETA MB12
ESCALA.....1/20



09 - DET. 3 GAVETA MB12
ESCALA.....1/20

MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GERFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

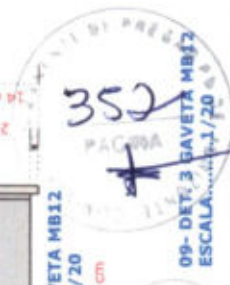
LOCAL: HORIZONTE - CE

DATA: DEZEMBRO - 2023

- CONTEÚDO:**
- 01- ISOMÉTRICA MB12.....1/20
 - 02- VISTA SUPERIOR MB12.....1/20
 - 03- VISTA LATERAL MB12.....1/20
 - 04- CORTE MB12.....1/20
 - 05- VISTA FRONTAL MB12.....1/20
 - 06- VISTA POSTERIOR MB12.....1/20
 - 07- DET. 1 GAVETA MB12.....1/20
 - 08- DET. 2 GAVETA MB12.....1/20
 - 09- DET. 3 GAVETA MB12.....1/20

PRANCHA:

15/36

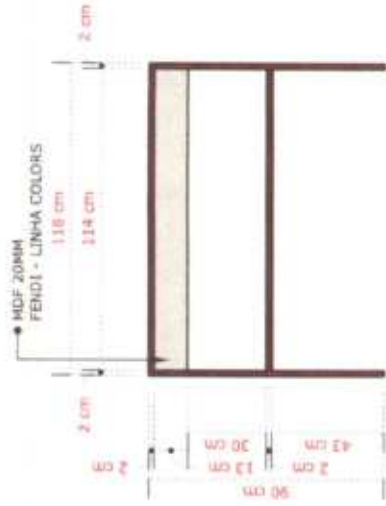




01 - ISOMÉTRICA MB13
ESCALA.....1/20



02- VISTA SUPERIOR MB13
ESCALA.....1/20



03- VISTA FRONTAL MB13
ESCALA.....1/20



04- VISTA LATERAL MB13
ESCALA.....1/20



05- CORTE MB13
ESCALA.....1/20



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LOCAL: HORIZONTE - CE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

DATA: DEZEMBRO - 2023

CONTEÚDO:

- 01- ISOMÉTRICA MB13.....1/20
- 02- VISTA SUPERIOR MB13.....1/20
- 03- VISTA LATERAL MB13.....1/20
- 04- CORTE MB13.....1/20

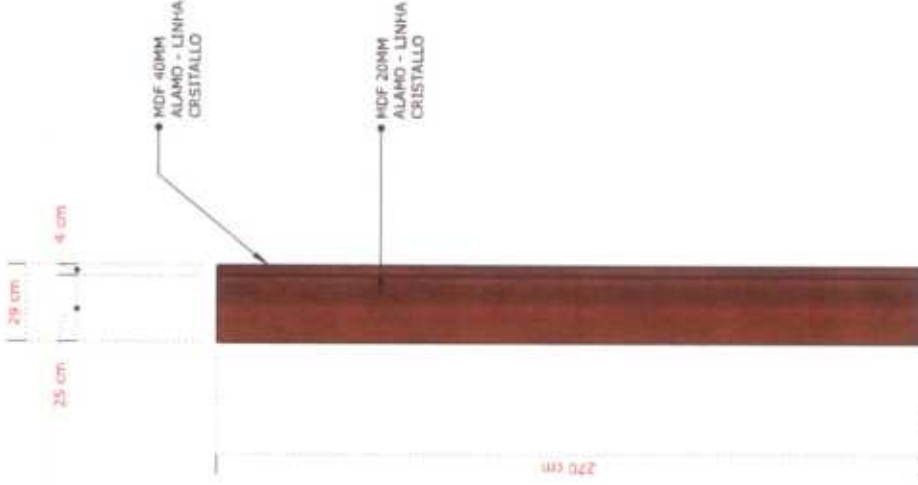
PRANCHA:

16/36





01 - ISOMÉTRICA MB14
ESCALA.....1/20



02 - VISTA LATERAL MB14
ESCALA.....1/20



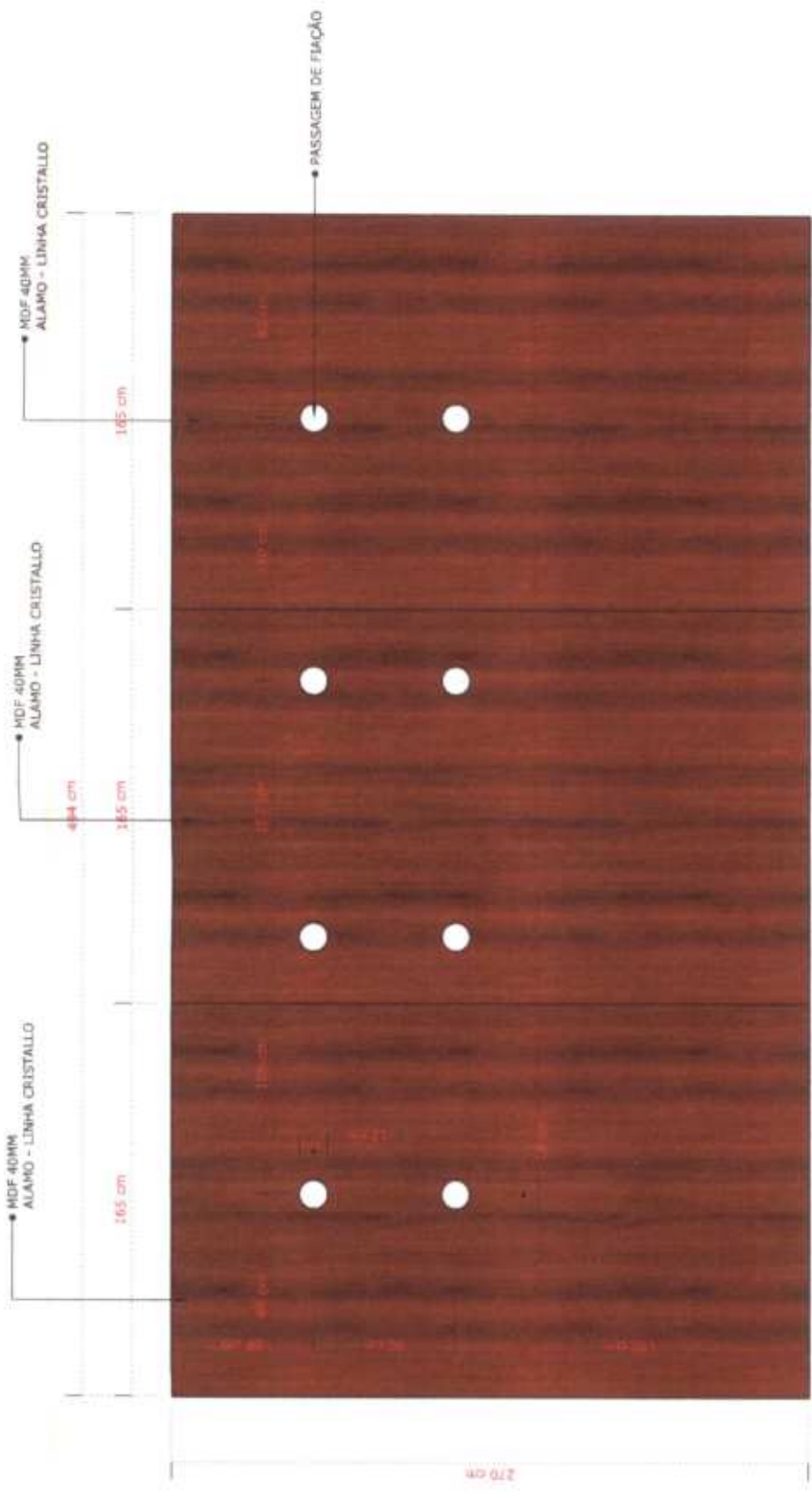
MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE LOCAL: HORIZONTE - CE
 AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1 DATA: DEZEMBRO - 2023

CONTEÚDO:
 01- ISOMÉTRICA MB14.....1/20
 02- VISTA LATERAL MB14.....1/20

PRANCHA:
 17/36





01 - VISTA FRONTAL MB14
 ESCALA..... 1/20

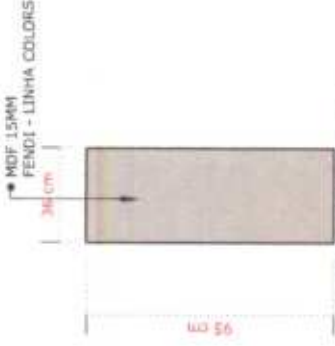
MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA		PRANCHA: 18/36	
CONTEÚDO: 01 - VISTA FRONTAL MB14		 PREFEITURA DE HORIZONTE DE MÃOS DADAS COM VOCE	
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE LOCAL: HORIZONTE - CE AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1 DATA: DEZEMBRO - 2023			



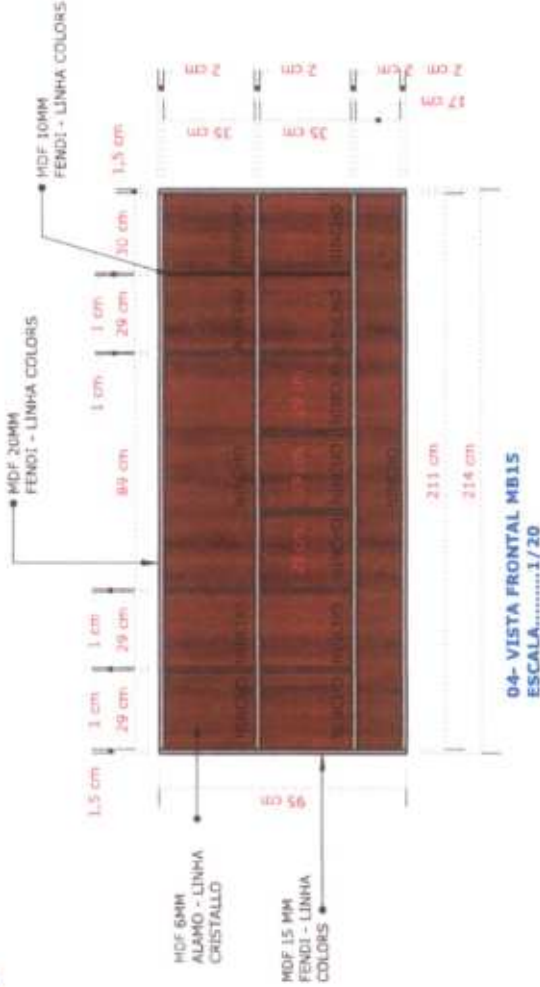
01 - ISOMÉTRICA MB15
ESCALA.....1/20



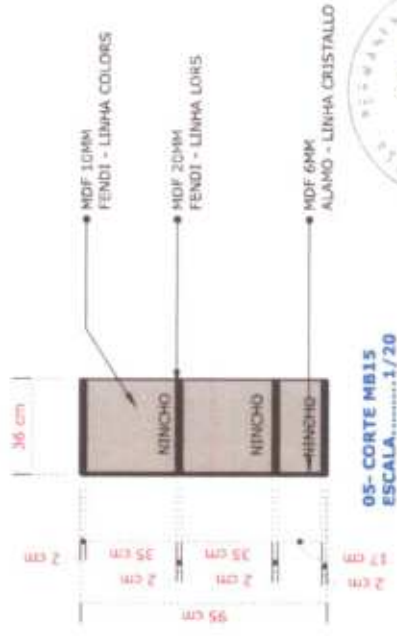
02- VISTA SUPERIOR MB15
ESCALA.....1/20



03- VISTA LATERAL MB15
ESCALA.....1/20



04- VISTA FRONTAL MB15
ESCALA.....1/20



05- CORTE MB15
ESCALA.....1/20



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LOCAL: HORIZONTE - CE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

DATA: DEZEMBRO - 2023

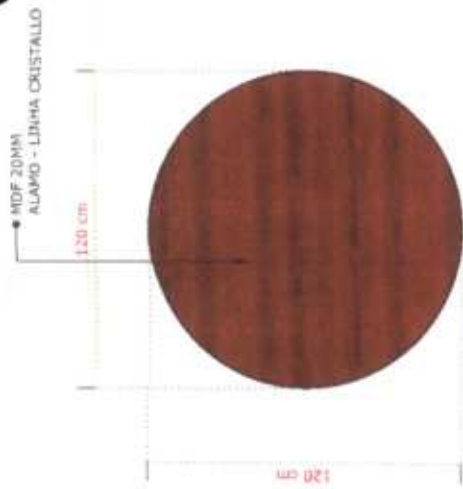
CONTEÚDO:

- 01- ISOMÉTRICA MB15.....1/20
- 02- VISTA SUPERIOR MB15.....1/20
- 03- VISTA LATERAL MB15.....1/20
- 04- VISTA FRONTAL MB15.....1/20
- 05- CORTE MB15.....1/20

PRANCHA:

19/36

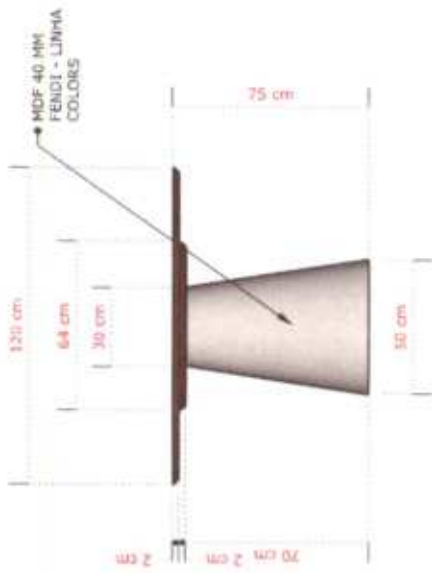




02 - VISTA SUPERIOR MB16
ESCALA.....1/20



01 - ISOMÉTRICA MB16
ESCALA.....1/20



03 - VISTA FRONTAL MB16
ESCALA.....1/20



05 - VISTA SUPERIOR MB17
ESCALA.....1/20



04 - ISOMÉTRICA MB17
ESCALA.....1/20



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LOCAL: HORIZONTE - CE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

DATA: DEZEMBRO - 2023

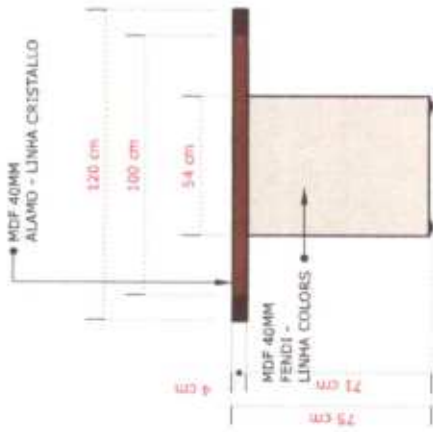
CONTEÚDO:

- 01- ISOMÉTRICA MB16.....1/20
- 02- VISTA SUPERIOR MB16.....1/20
- 03- VISTA FRONTAL MB16.....1/20
- 04- ISOMÉTRICA MB17.....1/20
- 05- VISTA SUPERIOR MB17.....1/20

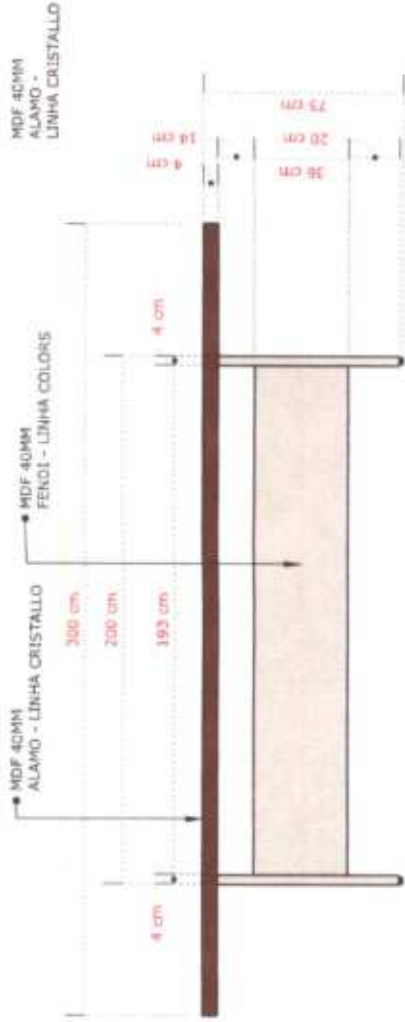
PRANCHA:

20/36

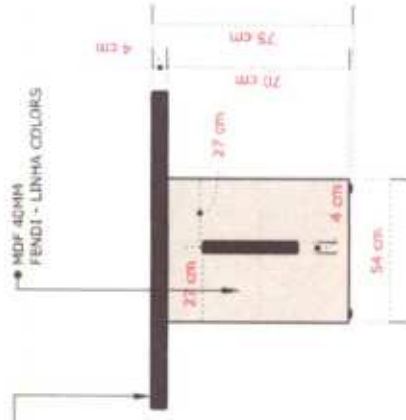




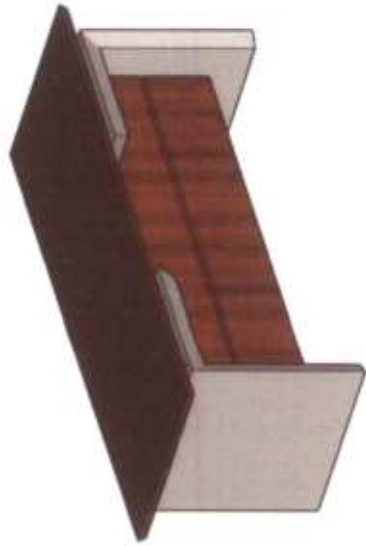
01- VISTA LATERAL MB17
ESCALA.....1/20



02- VISTA FRONTAL MB17
ESCALA.....1/20



03- CORTE MB17
ESCALA.....1/20



04- ISOMÉTRICA MB18
ESCALA.....1/20



05- VISTA SUPERIOR MB18
ESCALA.....1/20



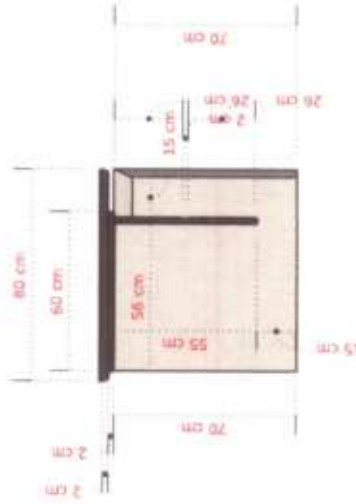
MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA		PREFEITURA DE HORIZONTE DE MÃOS DADAS COM VOCE
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE	LOCAL: HORIZONTE - CE	PRANCHA: 21/36
AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1	DATA: DEZEMBRO - 2023	
CONTEÚDO:		
01- VISTA LATERAL MB17.....	1/20	
02- VISTA FRONTAL MB17.....	1/20	
03- CORTE MB17.....	1/20	
04- ISOMÉTRICA MB18.....	1/20	
05- VISTA SUPERIOR MB18.....	1/20	



01- VISTA LATERAL MB18
ESCALA.....1/20



02- VISTA FRONTAL MB18
ESCALA.....1/20



03- CORTE MB18
ESCALA.....1/20



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

LOCAL: HORIZONTE - CE

DATA: DEZEMBRO - 2023

CONTEÚDO:

- 01- VISTA LATERAL MB18.....1/20
- 02- VISTA FRONTAL MB18.....1/20
- 03- CORTE MB18.....1/20

PRANCHA:

22/36

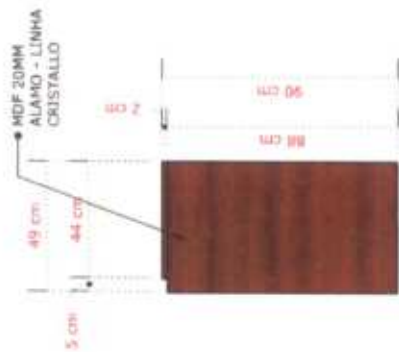




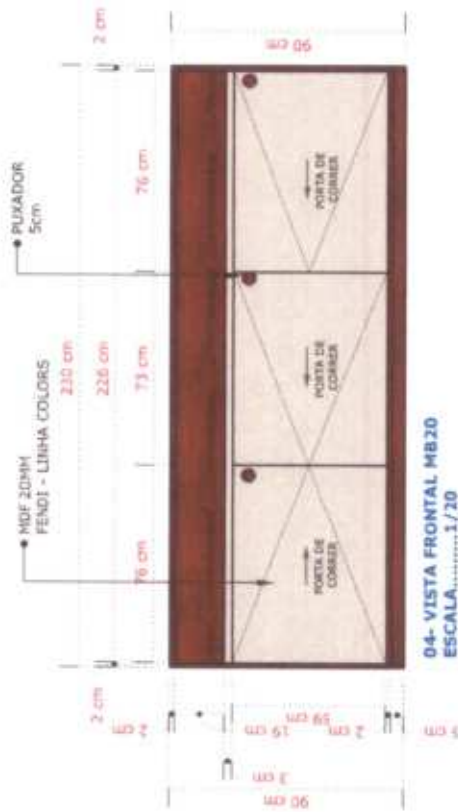
01- ISOMÉTRICA MB20
ESCALA.....1/20



02- VISTA SUPERIOR MB20
ESCALA.....1/20



03- VISTA LATERAL MB20
ESCALA.....1/20



04- VISTA FRONTAL MB20
ESCALA.....1/20



05- VISTA INTERNA MB20
ESCALA.....1/20



06- CORTE MB20
ESCALA.....1/20

MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LOCAL: HORIZONTE - CE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

DATA: DEZEMBRO - 2023

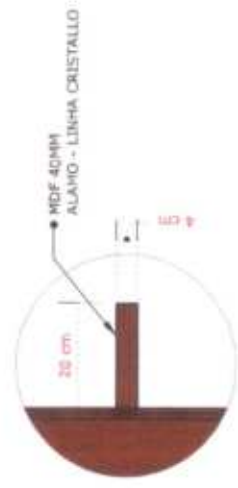
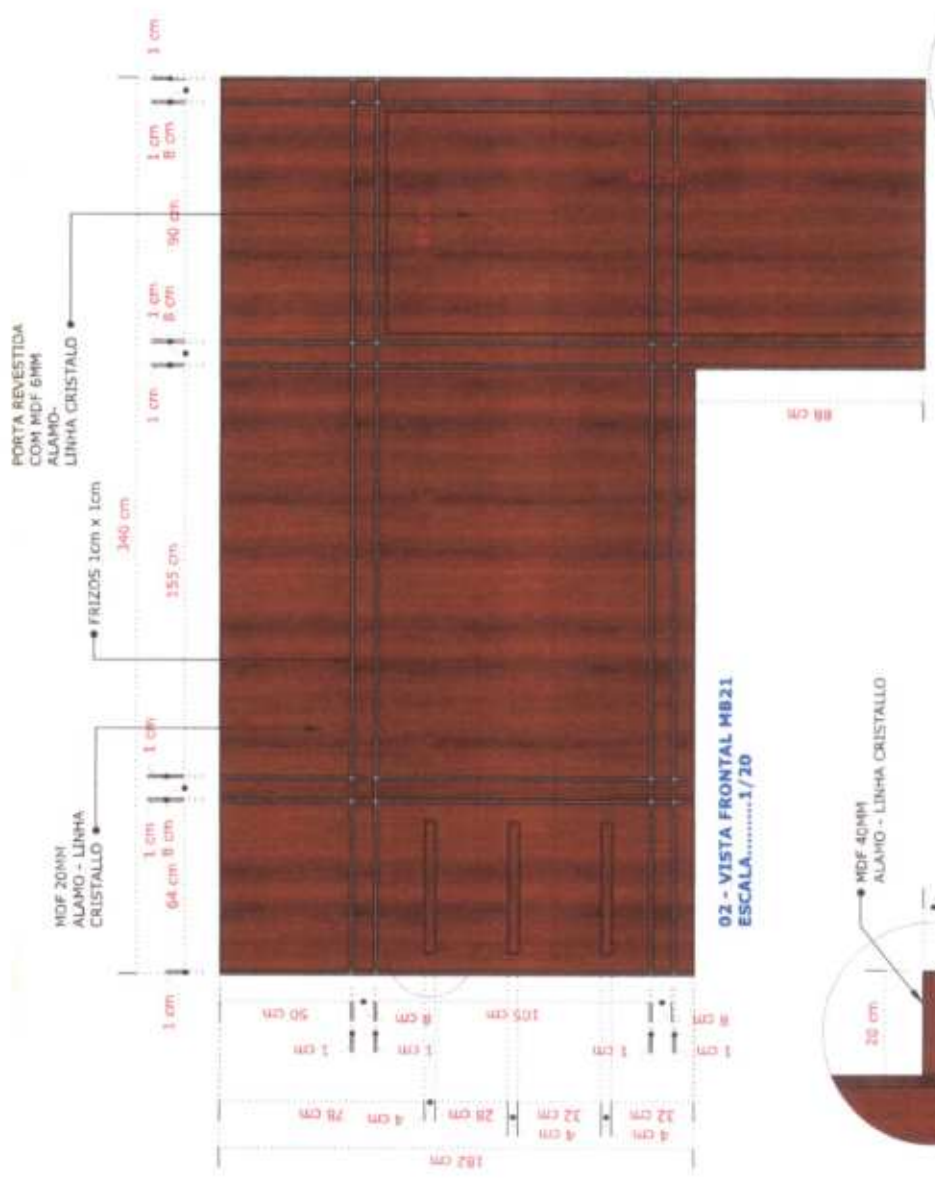
CONTEÚDO:

01- ISOMÉTRICA MB20.....	1/20
02- VISTA SUPERIOR MB20.....	1/20
03- VISTA VISTA LATERAL MB20.....	1/20
04- VISTA FRONTAL MB20.....	1/20
05- VISTA INTERNA MB20.....	1/20
06- CORTE MB20.....	1/20

PRANCHA:

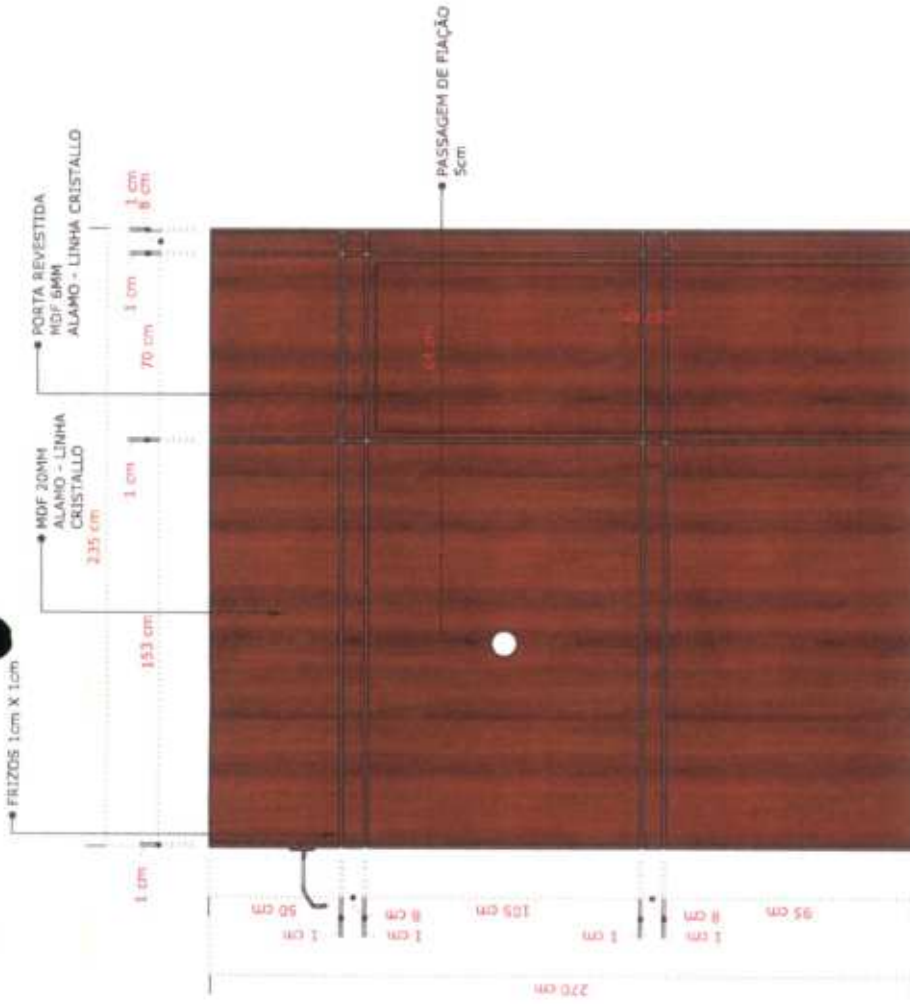
24/36





ATENÇÃO: CONFERIR MEDIDAS DOS AMBIENTES ANTES DE EXECUTAR OS MÓVEIS

MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA		PRANCHA: 25/36	 PREFEITURA DE HORIZONTE DE MÃOS DADAS COM VOCE
CONTEÚDO:	01- ISOMÉTRICA MB21.....1/20 02- VISTA FRONTAL MB21.....1/20 03- DET. MB21.....1/10		
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE	LOCAL: HORIZONTE - CE		
AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A2.61764-1	DATA: DEZEMBRO - 2023		



02- VISTA FRONTAL MB22
ESCALA.....1/20



01 - ISOMÉTRICA MB22
ESCALA.....1/20



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LOCAL: HORIZONTE - CE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

DATA: DEZEMBRO - 2023

CONTEÚDO:

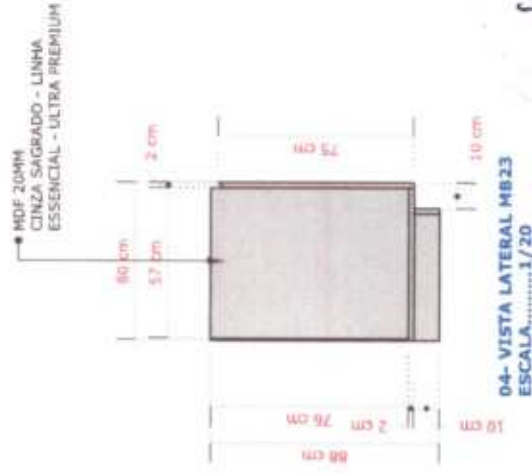
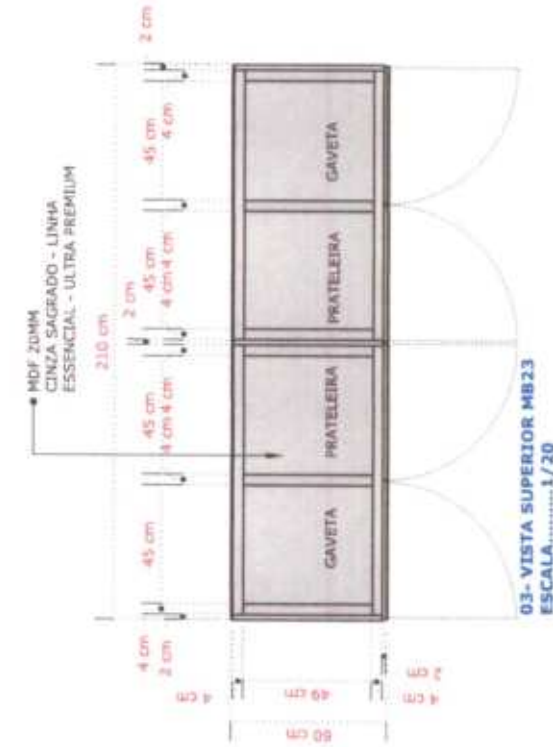
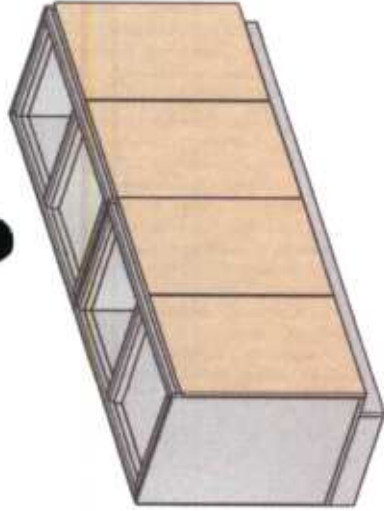
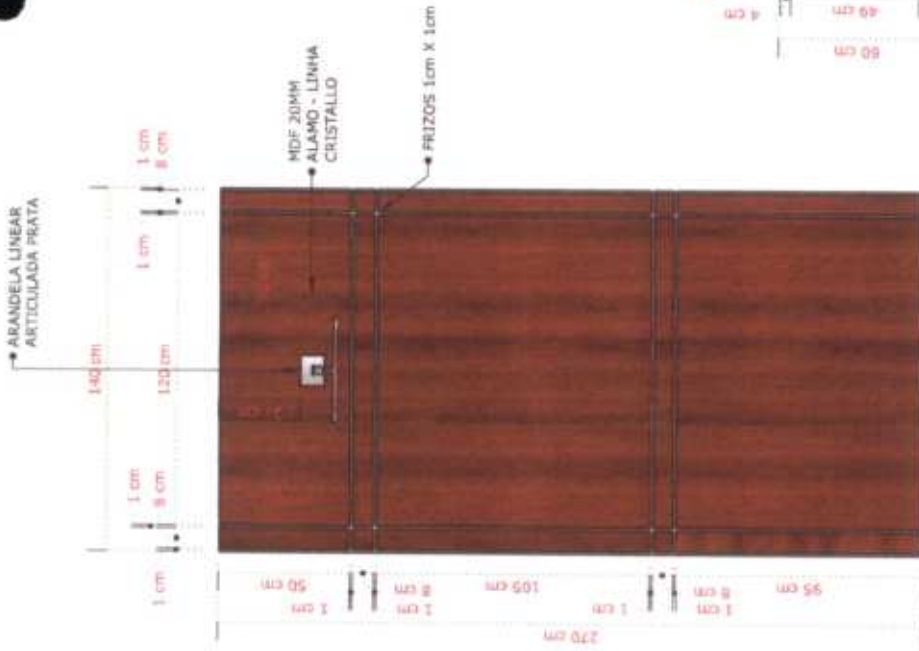
- 01- ISOMÉTRICA MB22.....1/20
- 02- VISTA FRONTAL MB22.....1/20

PRANCHA:

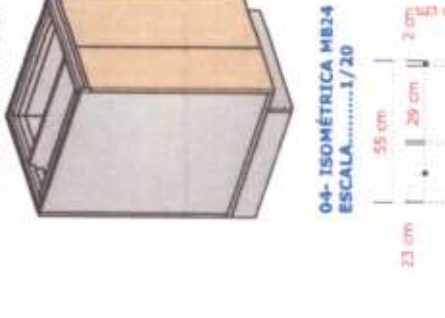
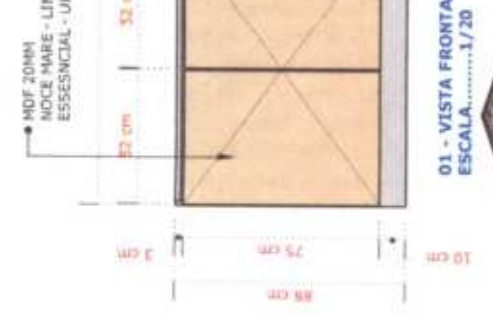
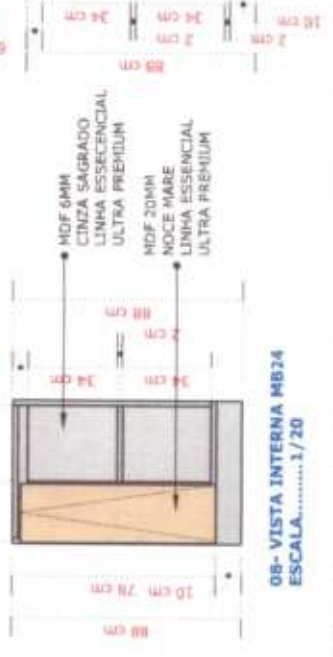
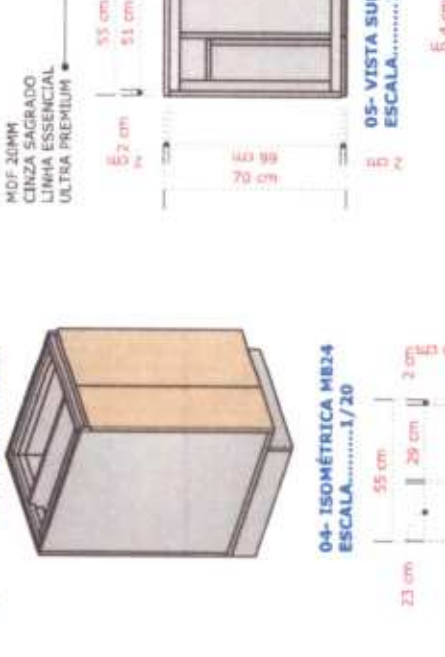
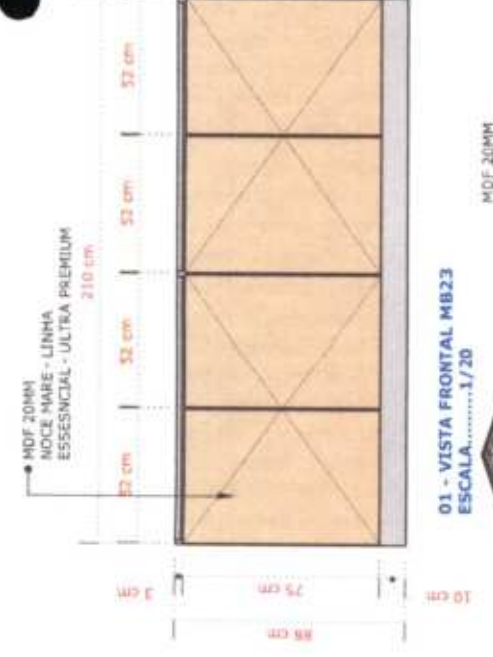
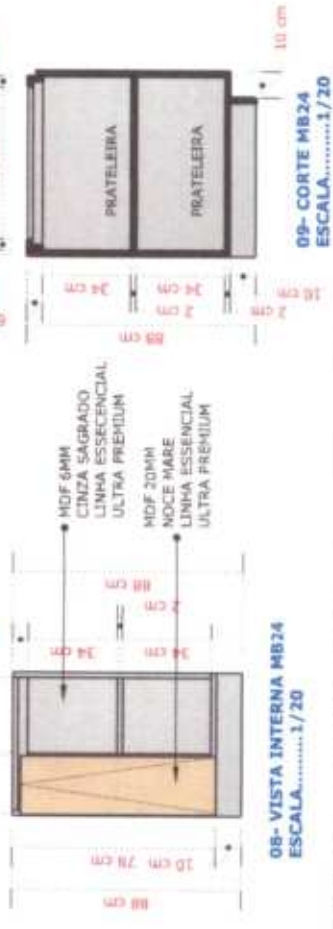
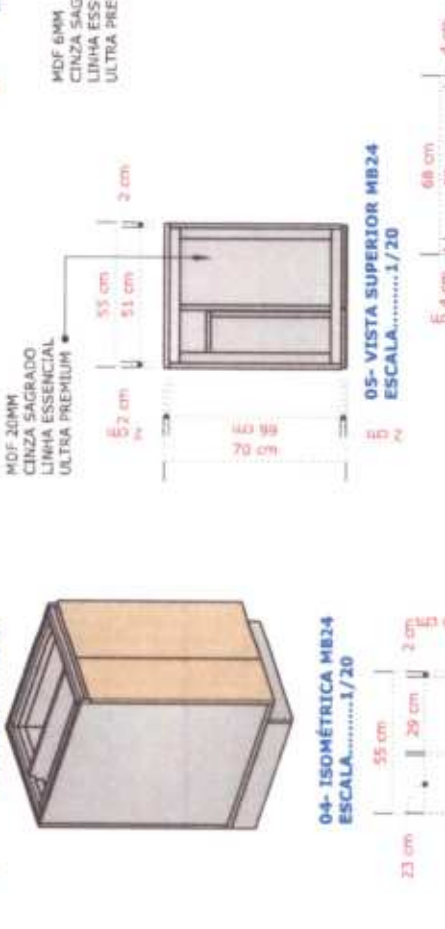
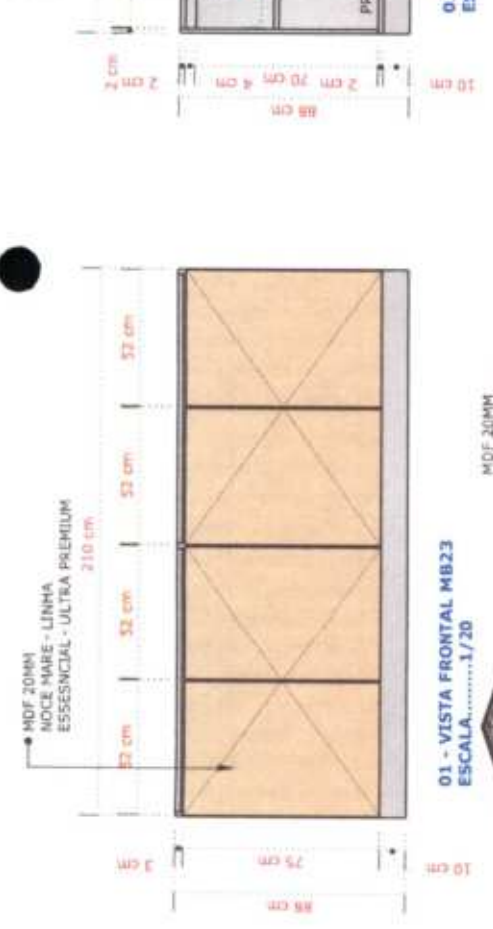
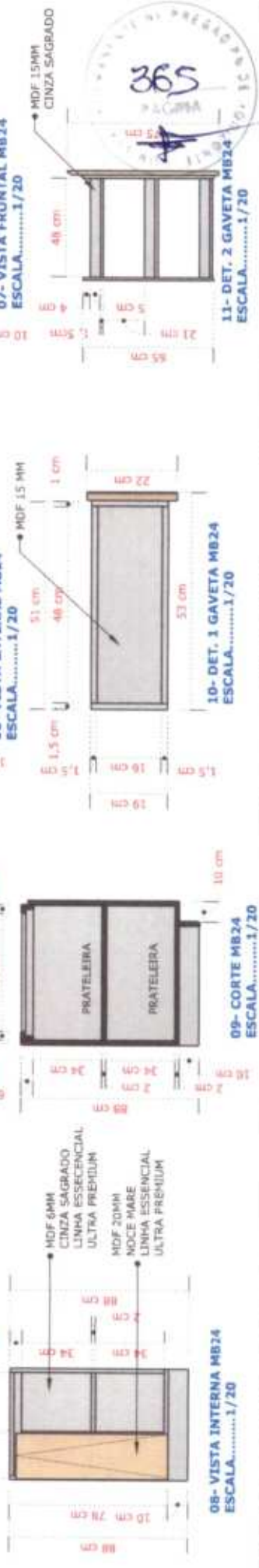
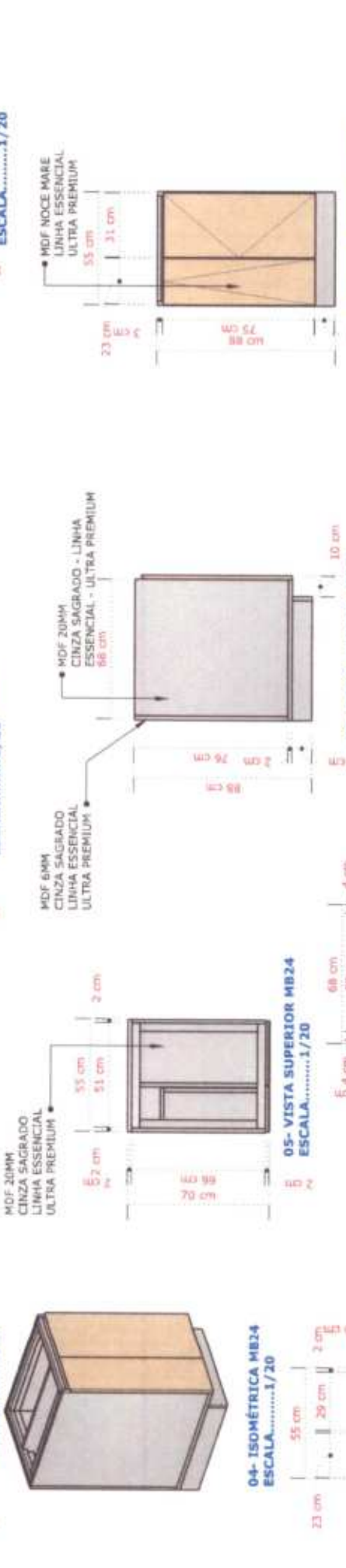
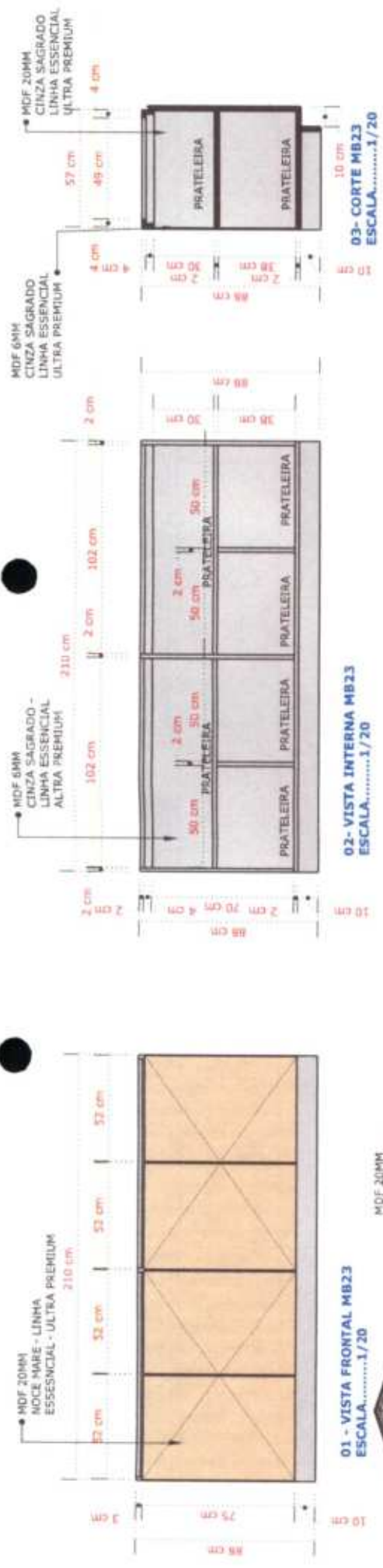
26/36



[Handwritten signature]




MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA		PREFEITURA DE HORIZONTE DE MÃOS DADAS COM VOCÊ
PRANCHAS:	27/36	
CONTEÚDO:	01- VISTA LATERAL MB22.....1/20 02- ISOMÉTRICA MB23.....1/20 03- VISTA SUPERIOR MB23.....1/20 04- VISTA LATERAL MB23.....1/20	
PROPRIETÁRIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE	LOCAL: HORIZONTE - CE
AUTOR DO PROJETO:	ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A2-61764-1	DATA: DEZEMBRO - 2023



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE
AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL - CAU Nº A261764-1

LOCAL: HORIZONTE - CE
DATA: DEZEMBRO - 2023



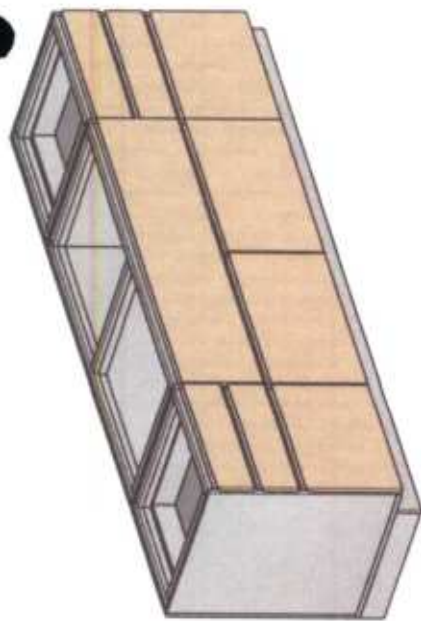
PREFEITURA DE HORIZONTE
DE MAOS DADAS COM VOCE

PRANCHA:

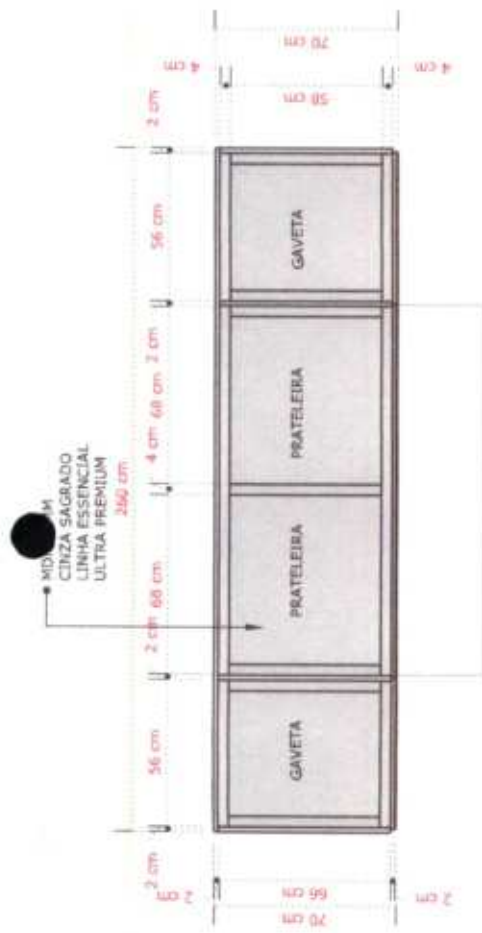
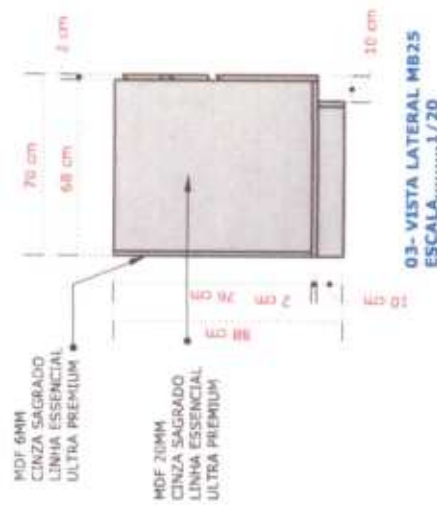
28/36

CONTEÚDO:

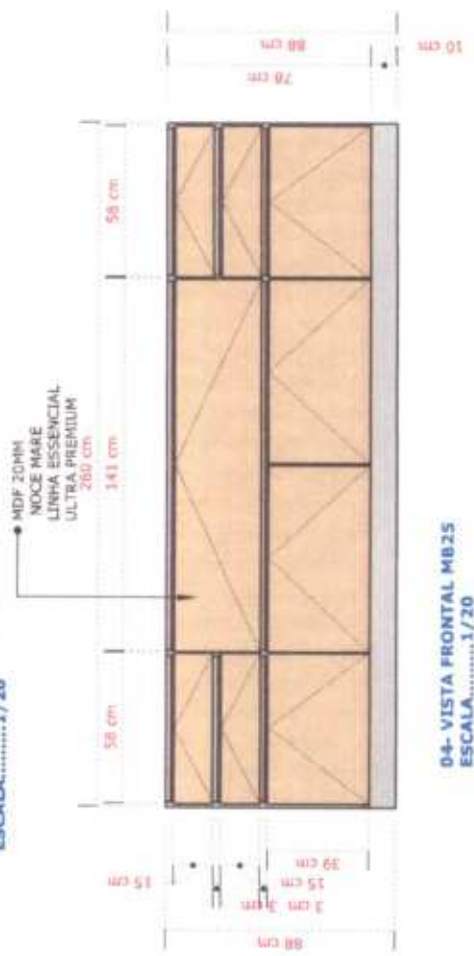
- 01- VISTA FRONTAL MB23.....1/20
- 02- VISTA INTERNA MB23.....1/20
- 03- CORTE MB23.....1/20
- 04- ISOMÉTRICA MB24.....1/20
- 05- VISTA SUPERIOR MB24.....1/20
- 06- VISTA LATERAL MB24.....1/20
- 07- VISTA FRONTAL MB24.....1/20
- 08- VISTA INTERNA MB24.....1/20
- 09- CORTE MB24.....1/20
- 10- DET. 1 GAVETA MB24.....1/20
- 11- DET. 2 GAVETA MB24.....1/20



01- ISOMÉTRICA MB25
ESCALA.....1/20



02- VISTA SUPERIOR MB25
ESCALA.....1/20



04- VISTA FRONTAL MB25
ESCALA.....1/20



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LOCAL: HORIZONTE - CE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

DATA: DEZEMBRO - 2023

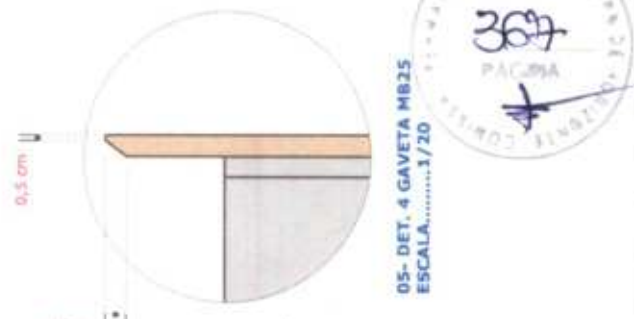
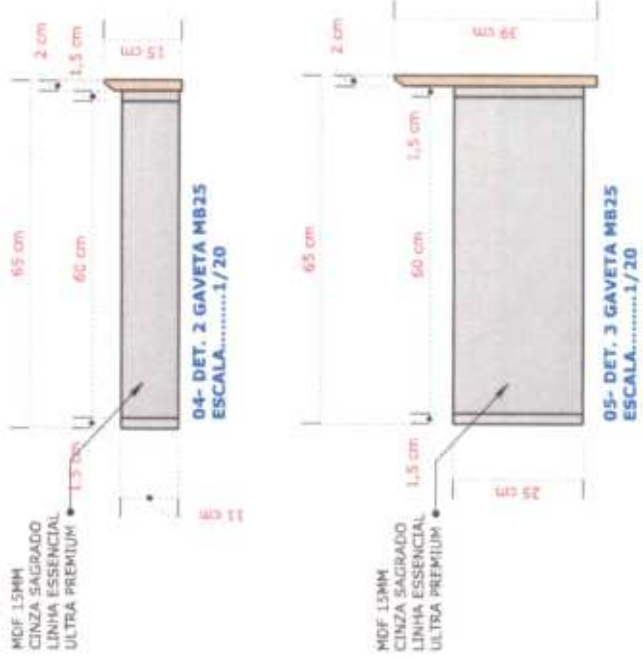
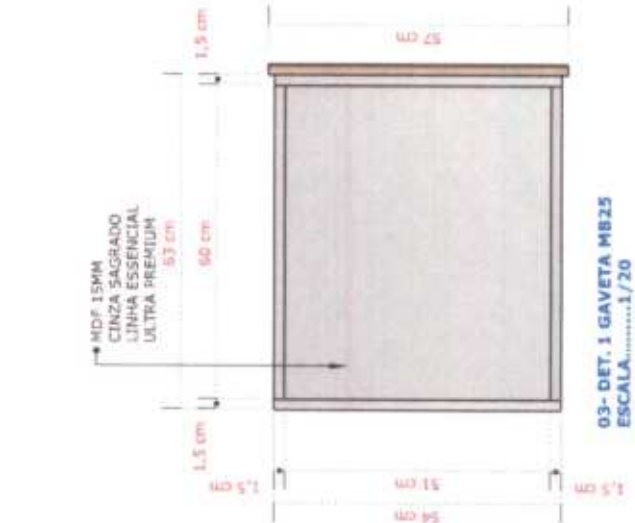
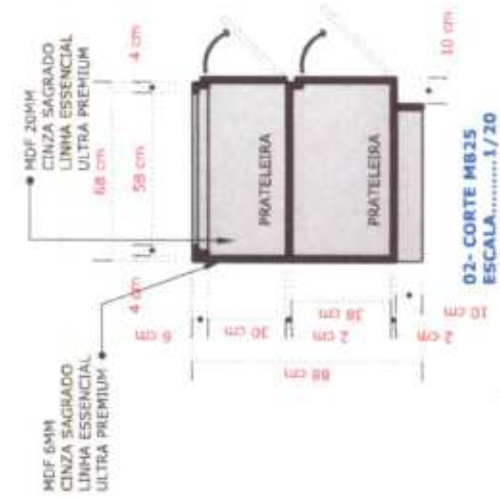
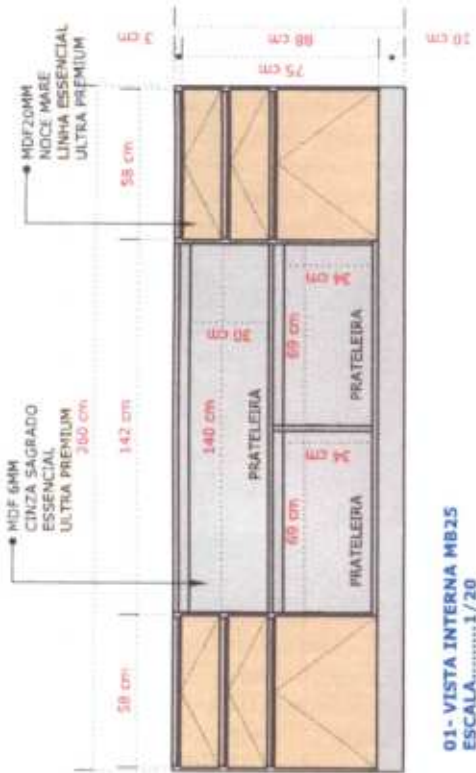
CONTEÚDO:

- 01- ISOMÉTRICA MB25.....1/20
- 02- VISTA SUPERIOR MB25.....1/20
- 03- VISTA LATERAL MB25.....1/20
- 04- VISTA FRONTAL MB25.....1/20

PRANCHA:

29/36





MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LOCAL: HORIZONTE - CE

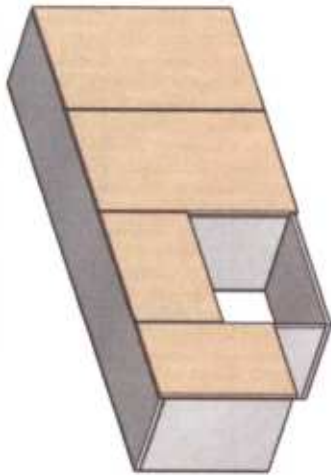
AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

DATA: DEZEMBRO - 2023

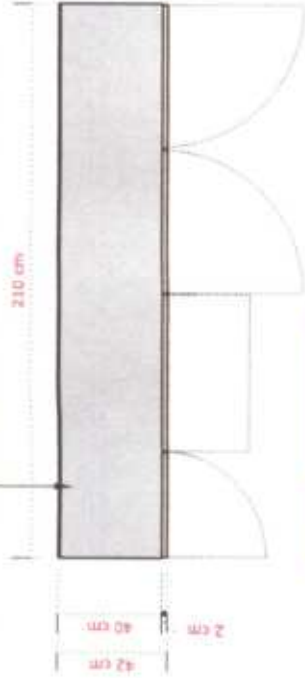
- CONTEÚDO:
- 01- VISTA INTERNA MB25.....1/20
 - 02- CORTE MB25.....1/20
 - 03- DET. 1 GAVETA MB25.....1/10
 - 04- DET. 2 GAVETA MB25.....1/10
 - 05- DET. 3 GAVETA MB25.....1/10
 - 06- DET. 4 GAVETA MB25.....1/10

PRANCHA:
30/36

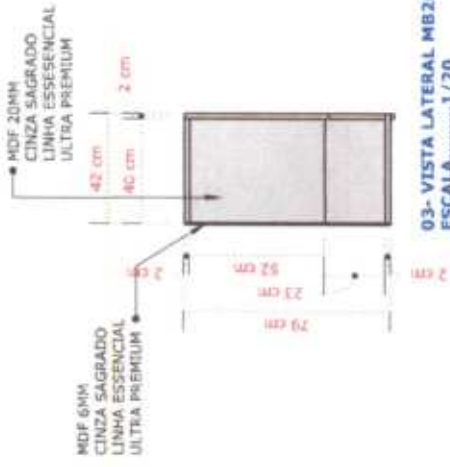




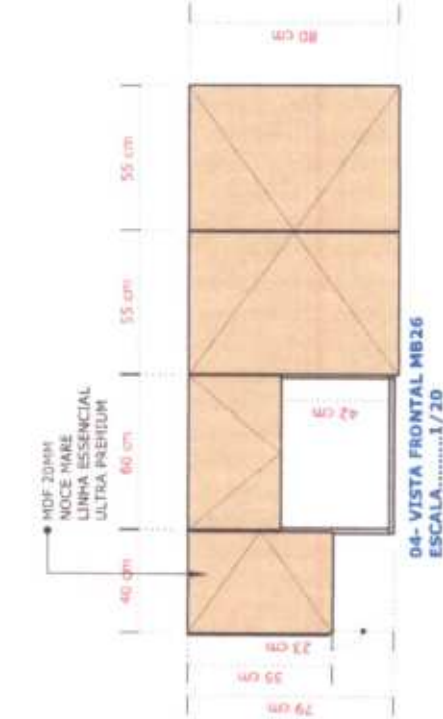
01- ISOMÉTRICA MB26
ESCALA.....1/20



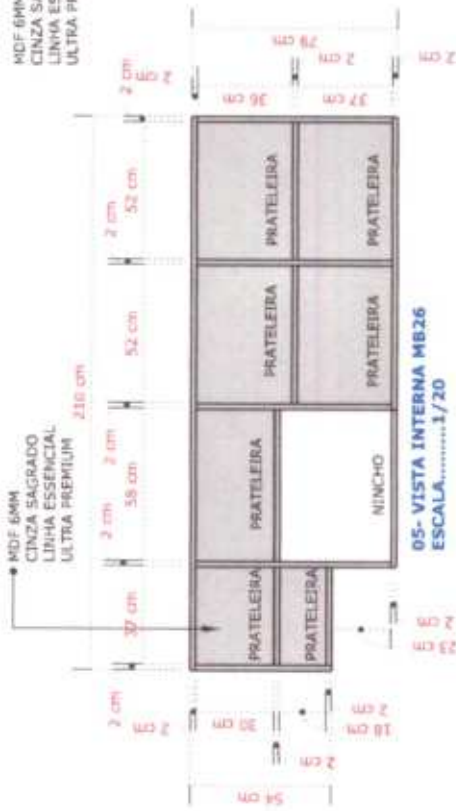
02- VISTA SUPERIOR MB26
ESCALA.....1/20



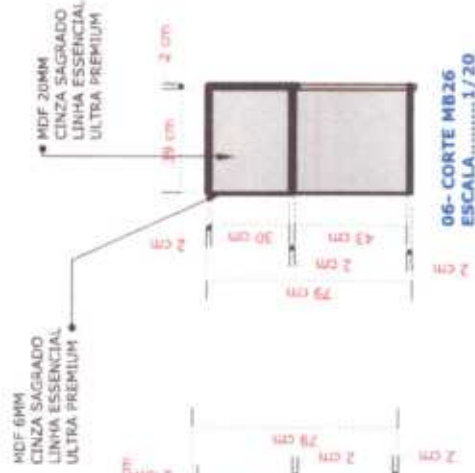
03- VISTA LATERAL MB26
ESCALA.....1/20



04- VISTA FRONTAL MB26
ESCALA.....1/20



05- VISTA INTERNA MB26
ESCALA.....1/20



06- CORTE MB26
ESCALA.....1/20



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LOCAL: HORIZONTE - CE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

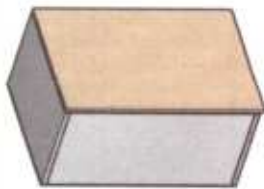
DATA: DEZEMBRO - 2023

PRANCHA:

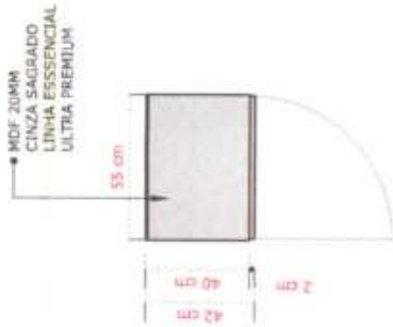
31/36

- CONTEÚDO:
- 01- ISOMÉTRICA MB26.....1/20
 - 02- VISTA SUPERIOR MB26.....1/20
 - 03- VISTA LATERAL MB26.....1/20
 - 04- VISTA FRONTAL MB26.....1/20
 - 05- VISTA INTERNA MB26.....1/20
 - 06- CORTE MB26.....1/20

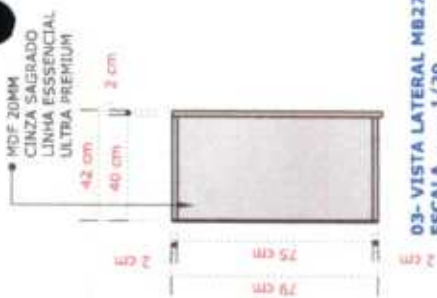




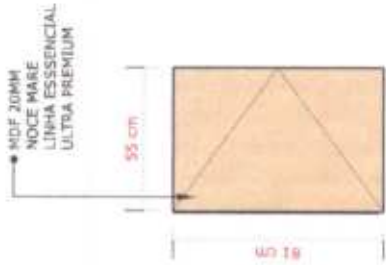
01- ISOMÉTRICA MB27
ESCALA.....1/20



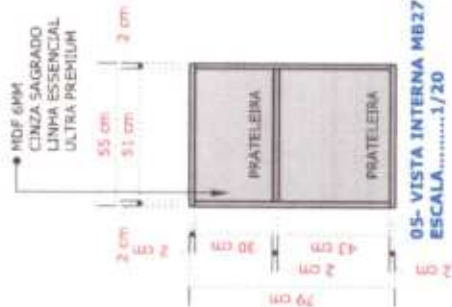
02- VISTA SUPERIOR MB27
ESCALA.....1/20



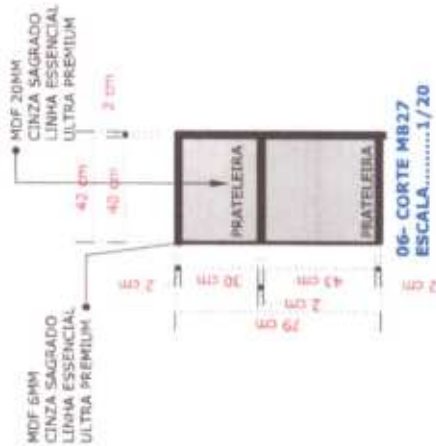
03- VISTA LATERAL MB27
ESCALA.....1/20



04- VISTA FRONTAL MB27
ESCALA.....1/20



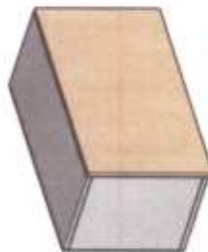
05- VISTA INTERNA MB27
ESCALA.....1/20



06- CORTE MB27
ESCALA.....1/20



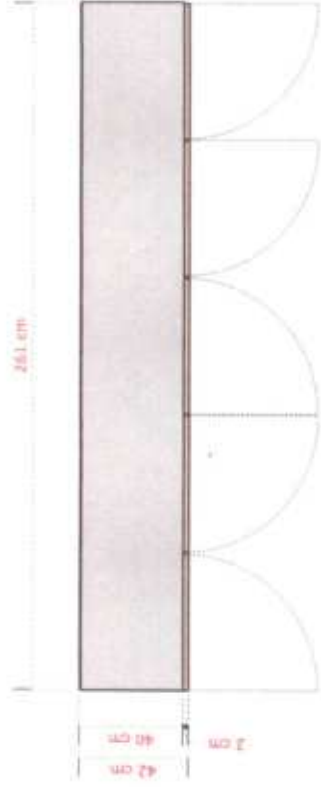
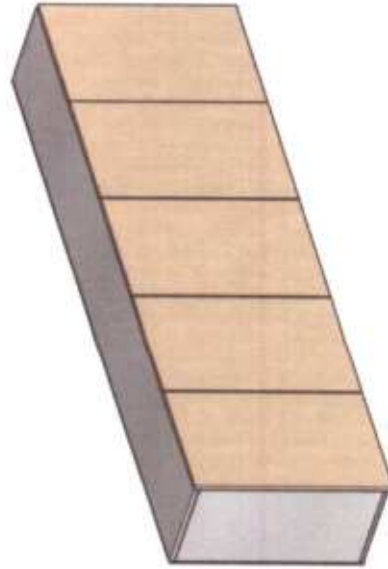
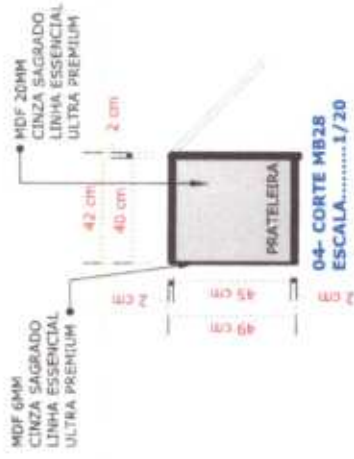
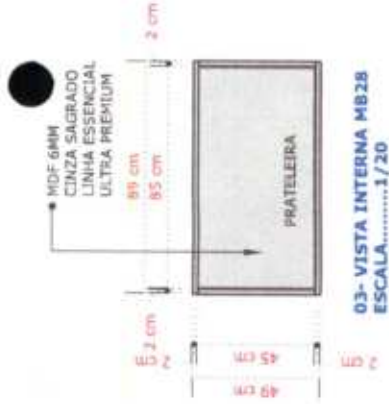
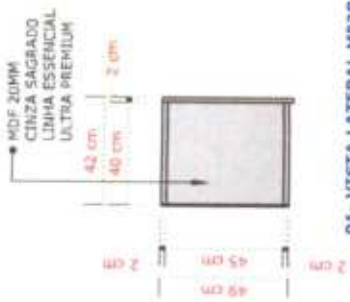
08- VISTA SUPERIOR MB28
ESCALA.....1/20



07- ISOMÉTRICA MB28
ESCALA.....1/20



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1 LOCAL: HORIZONTE - CE DATA: DEZEMBRO - 2023		CONTEÚDO: 01- ISOMÉTRICA MB27.....1/20 02- VISTA SUPERIOR MB27.....1/20 03- VISTA LATERAL MB27.....1/20 04- VISTA FRONTAL MB27.....1/20 05- VISTA INTERNA MB27.....1/20 06- CORTE MB27.....1/20 07- ISOMÉTRICA MB28.....1/20 08- VISTA SUPERIOR MB28.....1/20	PRANCHA: 32/36	 PREFEITURA DE HORIZONTE DE MÃOS DADAS COM VOCÊ
--	--	---	--------------------------	--



05- ISOMÉTRICA MB29
ESCALA.....1/20

06- VISTA SUPERIOR MB29
ESCALA.....1/20

MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

LOCAL: HORIZONTE - CE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

DATA: DEZEMBRO - 2023

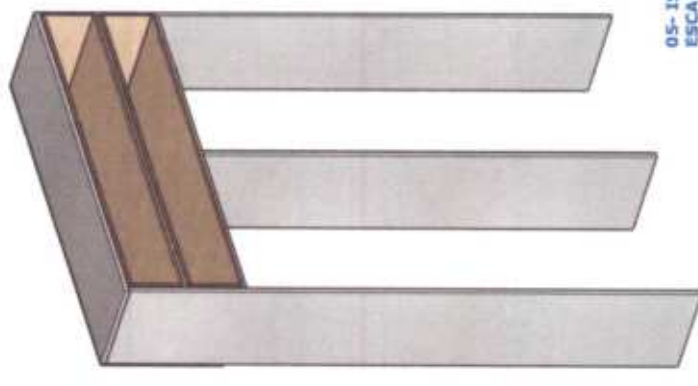
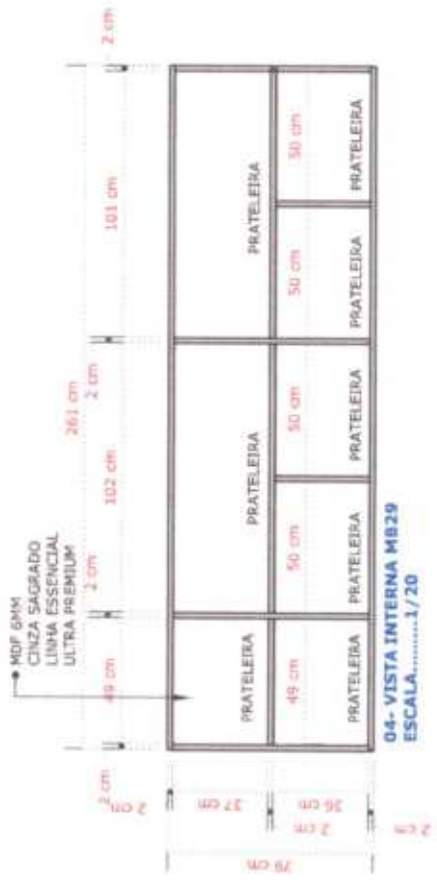
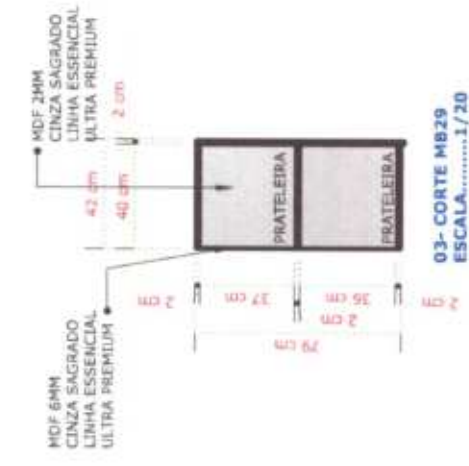
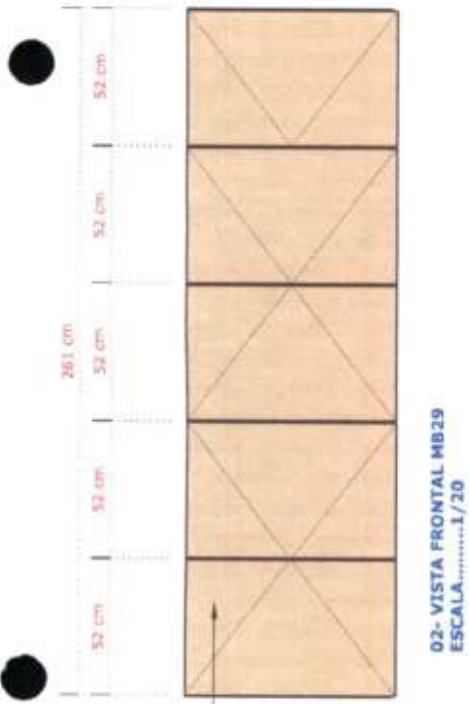
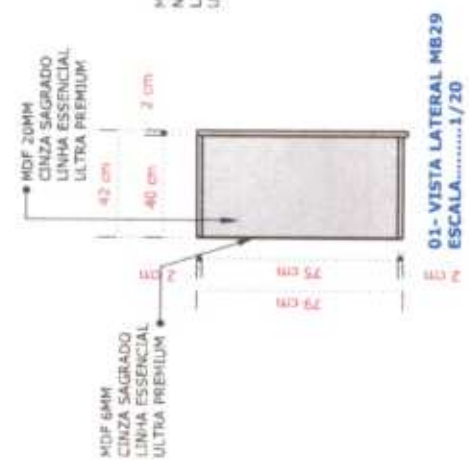
CONTEÚDO: 01- VISTA LATERAL MB28.....1/20
02- VISTA FRONTAL MB28.....1/20
03- VISTA INTERNA MB28.....1/20
04- CORTE MB28.....1/20
05- ISOMÉTRICA MB29.....1/20
06- VISTA SUPERIOR MB29.....1/20

PRANCHA:

33/36



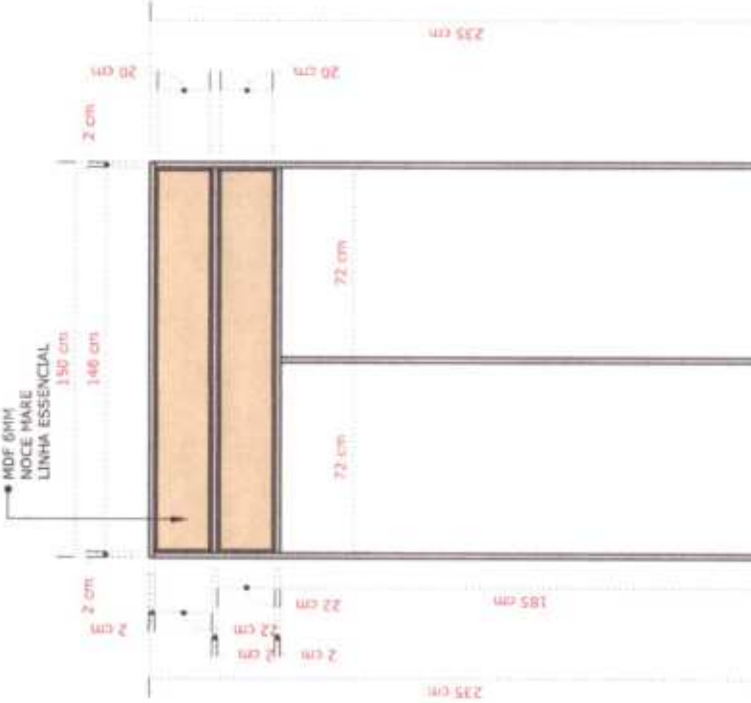
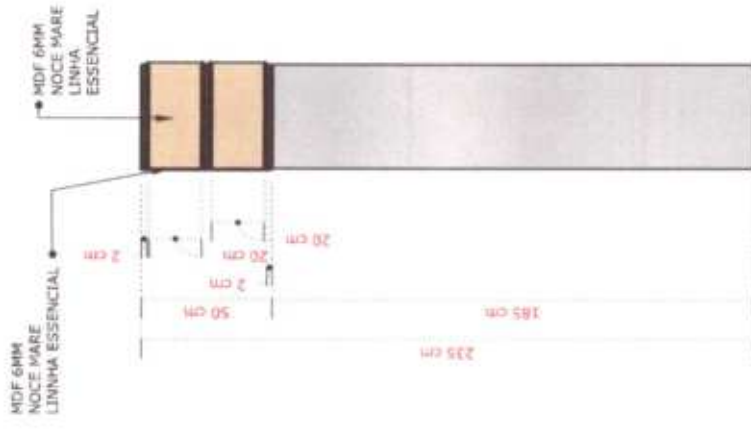
(Handwritten signature)



05- ISOMÉTRICA MB30
ESCALA.....1/20



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA		PREFEITURA DE HORIZONTE DE MÃOS DADAS COM VOCÊ	
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE		LOCAL: HORIZONTE - CE	
AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1		DATA: DEZEMBRO - 2023	
CONTEÚDO:		PRANCHA:	
01- VISTA LATERAL MB29.....1/20	02- VISTA FRONTAL MB29.....1/20	34/36	
03- CORTE MB29.....1/20	04- VISTA INTERNA MB29.....1/20		
05- ISOMÉTRICA MB30.....1/20			



MOBILIÁRIO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

LOCAL: HORIZONTE - CE

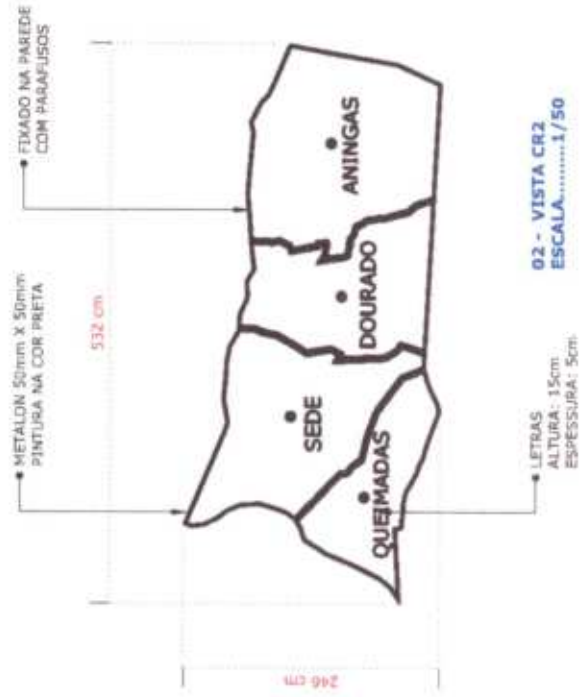
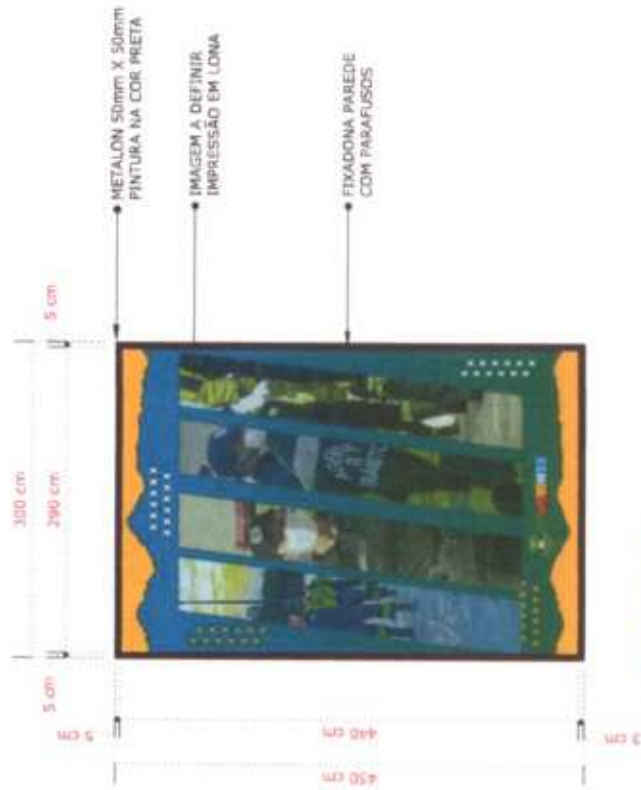
DATA: DEZEMBRO - 2023

CONTEÚDO: 01- VISTA SUPERIOR MB30.....1/20
02- VISTA LATERAL MB30.....1/20
03- VISTA FRONTAL MB30.....1/20
04- CORTE MB30.....1/20

PRANCHA:

35/36





ATENÇÃO: CONFERIR MEDIDAS DOS AMBIENTES ANTES DE EXECUTAR OS MÓVEIS

MOBILIÁRIO CENTRO DE IMAGENS DE HORIZONTE

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE

AUTOR DO PROJETO: ARQ. GEFERSON RAFAEL- CAU Nº A261764-1

LOCAL: HORIZONTE - CE

DATA: OUTUBRO - 2023

CONTEÚDO:

01- VISTA CR1.....1/50
02- VISTA CR2.....1/50

PRANCHA:

36/36



(Handwritten signature)



ANEXO II DO EDITAL - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS
(timbre ou identificação do licitante)

Local e data

Att. Sr(a). Pregoeiro(a)

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

Objeto: _____

A Empresa sediada na _____ (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), nº _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado por _____ (nome e dados do representante legal), abaixo assinado, propõe a entrega dos objetos a seguir especificado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições.

1. Identificação da licitante: _____

a. Razão Social: _____

b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual: _____

c. Endereço completo: _____

d. Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio): _____

e. Telefone, celular, fax, e-mail: _____

f. Agência e nº da conta corrente: _____

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço:

GRUPO _____

ITEM	CATMAT	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR POR EXTENSO: _____

Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

1. Nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, taxa de administração, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão de obra, deslocamento, diárias e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados.

2. Declaramos ainda, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penalidades da lei, que nos comprometemos a fornecer informações adicionais, solicitadas pelo(a) Pregoeiro(a), como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

3. O local de execução do serviço e todo o seu detalhamento, inclusive quanto aos prazos, estão em conformidade com o indicado no Termo de Referência.

4. O prazo de execução dos serviços do objeto será de _____.

5. O local de entrega dos serviços será o indicado no Termo de Referência.



PREFEITURA DE
HORIZONTE
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



OBSERVAÇÃO: Ao elaborar a proposta de preços, o licitante deverá observar as especificações e detalhamentos dos itens constantes do termo de referência. Havendo divergência entre o detalhamento do Termo de Referência e das especificações constantes do sistema Compras.gov.br, prevalecerá às especificações presentes no Termo de Referência anexo I deste edital.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(NOME E CARGO)



ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE _____, E A CONTRATADA _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE/CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 23.555.196/0001-86 e no CGF sob o nº 06.920.288-5, com sede na Av. Presidente Castelo Branco, nº 5100, Centro, Cep: 62.880-000, Horizonte/CE, por meio da Secretaria de _____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, ordenador(a) de despesa, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) no endereço, _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, seu(sua) representante legal conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº ____/____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, **resolvem** celebrar o presente **CONTRATO** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo Administrativo nº ____/____, e os seus anexos, os preceitos do Direito Público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; a Lei Municipal nº 1.543, de 30 de março de 2023; a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações; e o Decreto Municipal nº 450, 28 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1 - Conforme o disposto no Anexo I - Termo de Referência do Edital, o objeto do presente instrumento é a aquisição de _____.
- 2.2 - Vincula-se este contrato, independentemente de transcrição, ao Edital de licitação, ao Termo de Referência, à proposta vencedora e aos eventuais anexos dos documentos anteriormente elencados.
- 2.3 - Detalhamento do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 3.1 - O prazo de vigência da contratação é de _____, contados de ____/____/____ a ____/____/____, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, respeitado o trâmite processual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

- 4.1 - O valor total da contratação é de **RS** _____ (**VALOR POR EXTENSO**).
- 4.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 - As despesas deste contrato correrão por conta dos recursos oriundos do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Horizonte/CE – Secretaria de Segurança, Cidadania, Trânsito e Transporte, na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	PROJETO ATIVIDADE	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTO DE DESPESA

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, através de crédito na Conta Bancária da CONTRATADA.

6.3 - A CONTRATADA deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias, a respectiva nota fiscal/fatura e a documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.4 - A - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Horizonte/CE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 - A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual em atenção ao disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice _____.

7.2 - A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

7.3 - Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido.

7.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 - Caso a CONTRATADA pleiteie o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica a CONTRATANTE obrigado a responder em até 15 (quinze) dias da data do requerimento.

8.2 - O não cumprimento do prazo constante no caput desta cláusula contratual não implica no deferimento do pedido por parte da CONTRATANTE.

8.3 - Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.



8.4 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA NONA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

9.1 - Relativo à entrega do objeto:

I - O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e local estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do Edital, qual seja: Rua Francisco Eudes Ximenes, S/N - Centro, Horizonte - CE ou em outro local no Município de Horizonte/CE, o qual será estipulado pela Secretaria de Segurança, Cidadania, Trânsito e Transporte.

II - O prazo de entrega dos produtos é de 30 (trinta) dias corridos, a contar do marco estabelecido, qual seja: o recebimento da Ordem de Fornecimento.

III - Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2(dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.2 - Relativo ao recebimento do objeto:

I - Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

II - Definitivamente, por gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

III - O recebimento dos materiais a serem contratados estão condicionados à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se a CONTRATADA a substituir o material que apresentar eventuais vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber, e no Decreto Municipal nº 450/2023 .

IV - O material poderá ser rejeitado quando não apresentar conformidade com as especificações técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente contrato e no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

c) Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

f) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.

g) A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATADA, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X



do art. 7º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quando for o caso.

h) Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados, quando for o caso.

i) Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e no Anexo I - Termo de Referência do Edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

b) Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

f) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

h) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021).

k) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a subcláusula anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.



m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila e/ou aditivo.

12.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.2. A fiscalização da presente contratação será designada através de portaria nº 008/2024, publicada no Diário Oficial do Município de Horizonte – D.O.M, bem como designamos o servidor para comporem a equipe: o fiscal administrativo, o senhor Vinícios Alencar Muniz, determinando ainda as competências e diretrizes da gestão e fiscalização contratual, conforme Anexo VII de Decreto Nº 450, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

13.2 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame.

I - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- i) fraudar a licitação



- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando;
- k) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- l) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- m) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- n) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- o) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

13.3 - Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 a Administração poderá, garantido o devido processo legal, assegurado o prévio contraditório e a ampla defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 - As sanções determinadas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme art. 10 do Decreto Municipal 450/2023.

13.5 - A sanção de advertência, conforme art. 12 do Decreto Municipal 450/2023, será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

13.6 - Para cumprimento da subcláusula anterior, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

13.7 - Conforme o art. 13 do Decreto Municipal 450/2023, a sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:



- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV - Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado.

V - Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

VI - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a contratada ou será cobrada judicialmente.

VII - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

VIII - Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

IX - O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

X - Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

XI - Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

XII - Decorrido o prazo previsto de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

13.18 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

I - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

13.19 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;



III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.20 - A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Horizonte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.21 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.22 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.23 - A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

13.24 - O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei Federal 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

I - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade ocorrida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei Federal referida anteriormente.

II - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.2 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

14.3 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.4 - Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

10.5 - Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1 As licitantes devem observar e a CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

16.2 - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

I - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III - “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV - “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V - “prática obstrutiva”, qual seja:

a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital;

b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.3 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

16.4 - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SETE - DAS ALTERAÇÕES

17.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

10.8. O presente contrato somente terá eficácia após a publicação e a divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

O foro da Comarca de Horizonte é o competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado neste Município, perante testemunhas que também o assinam, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Horizonte/CE, ___ de _____ de ____.

CONTRATANTE

[Nome da autoridade competente]

[Nome do cargo]

CONTRATADA

[Representante]

[Procurador/Cargo]

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2 - _____